

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO MARANHÃO: 50 anos de luta contínua para construir uma sociedade orientada pela informação e leitura

CURSO DE BIBLIOTECONOMÍA EN EL MARANHÃO: 50 años de lucha continua para construir una sociedad orientada por la información y lectura

Maria Mary Ferreira*

RESUMO

Este artigo se propõe contextualizar a criação do Curso de Biblioteconomia no Maranhão com ênfase nas instituições pioneiras. Aborda-se os campos de atuação que são majoritariamente identificados com o setor público e reflete-se sobre os desafios postos a classe bibliotecária maranhense para ser reconhecida. No texto são reconhecidos os esforços empreendidos pelo curso para tornar a Biblioteconomia um campo de saber importante e comprometido com uma sociedade leitora e cidadã. Desse esforço percebe-se que a categoria de bibliotecários tem construído estratégias de diálogos com o poder público exigindo o cumprimento das legislações vigentes que garantem o direito e acesso dos maranhenses aos bens culturais a exemplo do livro, da leitura, da biblioteca e da informação. Essa luta tem como desafio a criação de organismos de classe que irão incidir no reconhecimento dos bibliotecários, na melhoria dos salários e na implementação de políticas públicas no campo das bibliotecas, leitura e informação.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Bibliotecários. Políticas públicas de Informação. Organização de classe. Maranhão.

RESUMEN

Este artículo se propone contextualizar la creación del Curso de Biblioteconomía en Maranhão con énfasis en las instituciones pioneras. Se abordan los campos de actuación que son mayoritariamente identificados con el sector público y se refleja sobre los desafíos puestos a la clase bibliotecaria maranhense para ser reconocida. En el texto se reconocen los esfuerzos emprendidos por el curso para hacer de la Biblioteconomía un campo de saber importante y comprometido con una sociedad lectora y ciudadana. De ese esfuerzo se percibe que la categoría de bibliotecarios ha construido estrategias de diálogos con el poder público exigiendo el cumplimiento de las legislaciones vigentes que garantizan el derecho y acceso de los maranhenses a los bienes culturales a ejemplo del libro, de la lectura, de la biblioteca y de la información. Esta lucha tiene como desafío la creación de organismos de clase que incidir en el reconocimiento de los bibliotecarios, en la mejora de los salarios y en la implementación de políticas públicas en el campo de las bibliotecas, lectura e información.

Palabras Clave: Biblioteconomía. Bibliotecarios. Políticas públicas de información. Organización de clases. Maranhão.

Submissão: 25 maio 2019. Aprovação: 10 jun. 2019.

*Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Pós doutora em Informação e Comunicação/Universidade do Porto/PT. Doutora em Sociologia/UNESP.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Biblioteconomia foi criado em 1969, quando vigorava neste país a ditadura militar presidida pelo então general Emílio Garrastazu Médici (Arena), considerado o mais duro dos presidentes militares nos 21 anos em que vigorou este sistema no País. O Maranhão, neste período era governado por José Sarney, eleito em 1966 com um discurso ufanista de modernidade e bonança para o povo do Maranhão. Este governo se manteve em posição de mando no Maranhão por quase cinco décadas e exerceu (e ainda exerce) o poder sobre diversas estruturas políticas, entre as quais a mídia deste País. É considerado para vários estudiosos da política nacional a exemplo de Wanderley Guilherme dos Santos (2006) como uma das mais longínqua das oligarquias do País.

Para compreender o processo de constituição do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão é importante associar esta criação as iniciativas da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro quando esta cria no início do século XX o primeiro curso de formação bibliotecária no Brasil. A necessidade de qualificar seu corpo funcional com conhecimentos técnicos para a organização e preservação do acervo leva a Biblioteca Nacional a criar em 1915 cursos em níveis superior e técnico com a finalidade de formar profissionais com um perfil erudito-guardião com conhecimentos humanistas, tendo em vista a preservação e salvaguarda do acervo nacional.

Do período inicial, até meados da década de 1950, muitas influências são creditadas ao ensino de Biblioteconomia no Brasil, herdadas principalmente da *École de France* e das Escolas Americanas responsáveis pela consolidação dos modelos de biblioteca que se instalou no Brasil a partir do início do Século XX, concentrado inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foram esses dois estados que criaram mecanismos de expansão do ensino da Biblioteconomia, através do fornecimento de bolsas e da criação de estratégias que garantiram que esses conhecimentos ultrapassassem as fronteiras desses dois estados, conforme enfatiza Castro (2000). A expansão do curso de Biblioteconomia pelo país contribuiu para a sua articulação com outras áreas do conhecimento, buscando se afirmar como ciência e ampliando os limites da técnica. Dessa articulação aliada à expansão, emergem as lutas pelo reconhecimento do Curso e a necessidade de adequá-lo às expectativas da sociedade.

As lutas empreendidas pelo reconhecimento da Profissão de Bibliotecários têm como principal protagonista a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) liderado por Laura Russo, expressão maior de luta naquele momento histórico e uma das responsáveis pelo processo de aprovação da lei 4084/1962 que regulamentou a profissão de bibliotecários no Brasil.

O reconhecimento do Curso em 1962 pelo DASP coincide com o momento em que o país se encontrava, com intensos conflitos em virtude da eleição e posterior renúncia do Governo Jânio Quadros e a ascensão e queda de seu vice-presidente, João Goulart, deposto pelo golpe militar em 1964, que mergulhou o país em um regime autoritário, cujos reflexos são percebidos pelos conteúdos que eram ministrados nos cursos superiores que primavam pelo pragmatismo e práticas dissociadas da realidade. A Biblioteconomia não ficou imune a essas interferências. O currículo mínimo aprovado nesse período direcionou a filosofia do curso para uma visão mais tecnicista, voltada para os processos técnicos em detrimento dos

processos sociais. A implantação do currículo gerou grande expectativa na classe bibliotecária, porém estabeleceu-se uma dissociação entre as atividades de ensino e as estruturas da sociedade brasileira (LIMA, 1999).

A proposta deste artigo é apresentar uma breve contextualização do processo de constituição da Biblioteconomia no Maranhão, refletir sobre os campos de atuação e os desafios postos a este Curso que completa cinquenta anos de existência e aos profissionais que constituem a classe bibliotecária no Estado. Dentre os desafios aponto a criação de organismos de classe: associação e sindicato, considerados importantes no fortalecimento da categoria e na luta para garantir políticas públicas no campo das bibliotecas e informação.

A construção metodológica que norteou este estudo foram estudos e pesquisas realizadas pela autora e sua vivência em organismos de classe bibliotecária (Associação e Conselho) e como professora que vem acompanhando a elaboração dos currículos desde os anos noventa quando passou a fazer parte do quadro de professores do Departamento de Biblioteconomia da UFMA. Para maior clareza na leitura deste artigo dividimos em três momentos que se articulam: primeiramente apresentamos uma síntese do processo histórico da criação do curso no Maranhão, no item três, divididos em dois momentos apresentamos uma breve discussão sobre os campos de atuação e os desafios que devem ser superados para a valorização e reconhecimento da profissão de bibliotecários no Maranhão.

2 O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO MARANHÃO: um olhar breve sobre sua criação há 50 anos

O percurso da Biblioteconomia no Maranhão, o não difere da construção da Biblioteconomia no Brasil, pois sua trajetória está vinculada à necessidade de qualificação dos profissionais que atuavam nas bibliotecas, em especial a Biblioteca Pública Benedito Leite e a Biblioteca da Escola Técnica Federal do Maranhão. No que se refere a Biblioteca Pública, Bottentuit (2000, p.43) enfatiza que em virtude desta está inscrita no cenário cultural maranhense desde 1829:

[...] foi a primeira a se beneficiar com uma prática bibliotecária mais moderna, e condizente como que estava sendo feito na área, nacionalmente. Isso ocorreu pela influência do escritor Josué Montelo que, à frente dos Cursos da Biblioteca Nacional, proporcionou a alguns maranhenses a oportunidade de frequentá-los através do sistema de bolsas de estudo.

A partir destas duas instituições, posteriormente, outras despertaram interesse de qualificar seu corpo técnico e melhorar seus serviços. Dentre essas instituições, estava a UFMA, que apoiada pelo Cônego Ribamar Carvalho, então Reitor da Fundação Universidade do Maranhão (FUM), percebeu a emergência e urgência de se criar o Curso de Biblioteconomia no Maranhão, a fim de garantir, aos técnicos que atuavam na biblioteca universitária, conhecimentos adequados a uma instituição daquele porte.

O Curso de Biblioteconomia passou por três reformas curriculares desde sua criação em 1969. Neste ano em completa meio século prepara sua quarta reforma visando adequar o Curso as mudanças que estão em processo, dentre as mudanças a necessidade de pensar o bibliotecário como um sujeito capaz de interagir profissional e politicamente para interferir nas instituições de forma a tornar a

informação um bem social. O quadro 3 apresenta o propósito que se esperava atingir na formação dos bibliotecários nos currículos, no período de 1969 a 2007.

Quadro 1 - Comparação entre os objetivos e propósitos dos currículos do Curso de Biblioteconomia da UFMA desde a sua criação.

OBJETIVO GERAL			
Currículo “0” 1969-1982	Currículo “10” 1983-1997	Currículo “20” 1997-2006	Currículo “30” 2007-Atual
Capacitar os futuros bibliotecários para o emprego de métodos e técnicas de pesquisa que lhes permitam, no exercício da profissão, encontrar e propor soluções a problemas relacionados com as atividades de Biblioteconomia.	Formar bibliotecários capazes de desenvolver uma prática voltada para a realidade histórico-social onde atuam, face às necessidades de demanda, geração, tratamento, disseminação e utilização de documentos e informação no atual contexto da sociedade brasileira e sua adequação a nível local e regional.	Formar Bibliotecários aptos a desenvolver uma prática crítica, capazes de transformar a realidade histórico-social onde atuam, atendendo às necessidades de demanda, geração, tratamento, disseminação e utilização de dados em informação.	Graduar bibliotecários com competências humanas, técnicas e sociopolíticas para gerenciar e atuar em diferentes unidades de informação.

Fonte: (FERREIRA, RODRIGUES, 2014, p. 5).

As alterações nos últimos currículos são decorrentes das reformas de ensino implementadas a partir de 1996 e atenderem a necessidade do Ministério de Educação em adequar seus cursos as novas demandas sociais, essa adequação obedecia a exigências do modelo neoliberal então em vigor no MEC que subtendia-se cursos mais acelerados e enxutos. Neste período, as Instituições federais sofreram completa reestruturação em um processo que segundo Cattani e Oliveira (2007, p. 83): “Restringiu (e metamorfoseou) a atuação da esfera pública e ampliou a ação do setor privado, alterando de maneira significativa a identidade das IES, procurando tornar a educação um bem ou “produto”, que os “clientes” adquirem no mercado”.

Este fato causou profundo revés no que vinha sendo encaminhado até então pelo Departamento de Biblioteconomia da UFMA, ou seja, o currículo aprovado em 1982, que até então vinha dando uma ênfase na construção de uma Biblioteconomia sintonizada com o momento político de redemocratização. pós-ditadura militar, revigorado pelas disciplinas: Política, História da Cultura, Aspectos Sociais Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo e Lógica, é alterado substancialmente, haja vista a diminuição de 300 horas de carga horária que foi suprimida do currículo 10 para o “20” e mais 60 horas suprimida do currículo “20” para o “30” (UNIVERSIDADE, 2006)

Ao analisar mais claramente essas duas últimas reformas observa-se que a redução da carga horária trouxe prejuízo para o projeto de formação política e

profissional do bibliotecário, haja vista a supressão das disciplinas consideradas fundamentais, conforme mencionado. Parte deste problema procurou-se sanar com a inclusão de disciplinas optativas como Gênero na Biblioteconomia; Ética e Representação Social, além de outras que possibilitariam maior reflexão sobre a condição feminina no mercado de trabalho, tendo em vista ser o sexo feminino a maioria dos matriculados no Curso de Biblioteconomia no Maranhão. No que se refere à disciplina Ética e Representação Social a mesma possibilitaria um amplo debate acerca das instituições e sujeitos políticos no campo da Biblioteconomia e das organizações sociais e de representação da classe. Porém, estas disciplinas não foram ofertadas como previsto na aprovação do último currículo. Parte destes conteúdos foram incorporados na disciplina Fundamentos de Biblioteconomia, por iniciativa dos professores que ministram a referida disciplina.

Mas, não se pode desconsiderar que mesmo com todos esses problemas mencionados nestes cinquenta anos de existência, o Curso de Biblioteconomia vivenciou mudanças que alteraram o perfil do profissional bibliotecário, ampliou seu universo de atuação, na medida em que novas atribuições foram sendo agregadas a sua formação e prática profissional, tendo em vista as exigências da sociedade brasileira e as mudanças decorrentes das tecnologias de informação que incidem sobre a vida social e interferem na vida pública e privada e nas organizações políticas.

3 O QUE SE ESPERA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS: a democratização da informação como estratégia de superação das desigualdades sociais

É notório o papel que a informação passou a exercer na sociedade a partir dos anos 1990. A promessa de revolução informacional e de apropriação de saberes pela sociedade historicamente excluída de bens, serviços e consumo, não se efetivou, embora se perceba que no Brasil houve relativa inclusão das camadas populares nos governos que compreende a última década, conforme aponta os estudos de Pochmann (2014).

As mudanças nas estruturas sociais, políticas econômicas e culturais efetivadas no Brasil no período de 2003-2015, que embora paradoxais, possibilitaram uma transformação gradual na vida social, seja no trabalho, ou na política, bem como na criação de alternativas de superar as distâncias sociais e regionais. Essa situação se torna paradoxal, quando analisamos que apesar da inserção cada vez mais acentuada das tecnologias da informação, não se pode afirmar que vivemos em uma sociedade da informação, tendo em vista que as camadas sociais historicamente excluídas, ainda não foram atingidas. Dessa forma afirmamos que a informação enquanto mecanismo de transformação da realidade social tem sido um instrumento a serviço das elites, e em todo o País reproduz desigualdades que no Maranhão são traduzidas nos indicadores sociais que o coloca nos últimos patamares de desenvolvimento humano.

Os indicadores apontam que o Maranhão continua um dos Estados brasileiros com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH que incidem sobre a educação e cultura dos maranhenses, reflexo da ausência e precariedade de espaços de cultura, informação e de leitura. Desse modo ao pensar a possibilidade de construir uma sociedade da informação no Maranhão vem à tona um conjunto de

preocupações cujas respostas se apresentam como desafios para as diferentes áreas que compõem as ciências da informação, assim como propicia um forte impacto nas estratégias de ensino e nas práticas profissionais, tendo em vista a necessidade e urgência de se criar mecanismos de acelerar o acesso das populações aos bens sociais, educacionais, culturais e informacionais.

O campo da informação continua sendo estratégico para pensar ações que visem promover mudanças sociais em todos os contextos: social, político, econômico, educacional, nas relações de trabalho, nas relações de poder, nas relações de gênero e nas relações étnico-raciais. É através da informação que a sociedade se apropria de conhecimentos para transpor o obscurantismo dos tempos modernos e constrói horizontes para uma sociedade de iguais. Neste horizonte, está a tão decantada sociedade da informação, não aquela pensada para reforçar os paradigmas dominantes, como tão bem nos lembra Boaventura de Sousa Santos (2001), mas, uma sociedade que irá construir um projeto de humanidade e de solidariedade capaz de causar impactos no atual modelo excludente.

A informação se configura como um mecanismo gerador e propagador de conhecimentos e, por conseguinte, imprescindível na formação de indivíduos por expressar segundo Ferreira (2019) liberdade individual que se concretiza no direito dos homens e das mulheres de emitir, expressar, receber e trocar informações. Seu acesso e uso frequente abre caminhos para o conhecimento de direitos e deveres, que leva a sociedade à tomada de decisões e possibilita mudanças. O conhecimento por sua vez é um produto da informação, é parte de reflexões estudadas, analisadas, criticadas, comparadas, verificadas, avaliadas em determinada situação, problema ou realidade. “É o resultado da ciência, cujos métodos permitem construir indicadores e desnudar realidades a partir de dados que ao ser trabalhados intelectualmente, pode ser capaz de transformar a realidade social” (FERREIRA, 2015, p. 33). Desse modo cabe ao bibliotecário processar e sistematizar as informações tornando-as acessíveis para que cumpra sua função social.

Em virtude de sua natureza transdisciplinar, a área de informação mantém interseções com várias áreas: Biblioteconomia, Comunicação, Administração, Gestão da Informação, Arquivologia, Engenharia, Sociologia, entre outras. Desse modo, a convergência entre esses diversos campos é um componente econômico, tecnológico e pedagógico importante no processo de produção de conhecimento e na construção de novas práticas, sendo, portanto, um condicionador das práticas profissionais no campo da informação que vêm se alterando devido vários fatores: as demandas sociais que se multiplicam, as tecnologias que aparecem de forma desafiadora, ou desaparecem despercebidamente, veja, por exemplo, o fenômeno do *WhatsApp* que contribuiu para a emergência de novas necessidades e consequentemente novas práticas de informação e comunicação. Além disso, não se pode perder de vista as fake News que exigem uma atenção redobrada destes profissionais para o uso ético da informação.

3.1 Os campos de atuação e preocupações da Biblioteconomia maranhense

A preocupação da Biblioteconomia maranhense nas últimas décadas tem sido orientada por potencializar os diversos campos de forma interdisciplinar agregando ao campo da Biblioteconomia, a Arquivologia e a Documentação buscando novas práticas para potencializar as bibliotecas virtuais, os hipertextos, os documentos

eletrônicos que exige estudos para armazenar, organizar e disseminar, a documentação de arquivos que exige certificação pela natureza dos documentos e mecanismos de armazenamentos para potencializar os espaços cada vez mais reduzidos nas grandes cidades e principalmente nas instituições públicas. Destacamos ainda três campos importantes: as práticas relacionadas formação de leitores e mediadores da leitura que exige uma interdisciplinaridade com o campo da pedagogia; a editoração eletrônica que se constituiu um campo importante da Biblioteconomia, porém, ainda pouco explorado nos cursos de graduação e ainda o gerenciamento e administração de múltiplas áreas de informação a exemplo das livrarias, jornais, entre outros ramos que trabalham com a informação, mas ressentem-se de profissionais que sistematizem e processem com mais eficácia.

Neste percurso é importante destacar que a Biblioteconomia maranhense tem atuado de forma mais distinta nas organizações que atuam no campo da cultura e educação, notadamente: bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, arquivos, museus, centro de documentação e informação responsáveis pela salvaguarda de documentos produzidos e necessários a recomposição da memória das instituições e das pessoas que são geradores de novos conhecimentos, cuja filosofia é o princípio que rege a democratização da informação da leitura e do conhecimento.

Em estudo realizado por Ferreira (2010), analisando as políticas públicas de informação no Maranhão voltadas para as Bibliotecas, os Arquivos, e os Museus foi constatado que em 165 dos 217 municípios investigados apenas em 10 municípios foram encontrados profissionais bibliotecários atuando nestas organizações, e dos 165 municípios apenas 10 possuem museus com condições adequadas de uso. A pesquisa mostra ainda que arquivos municipais é realidade em apenas três municípios. Esses dados revelam os desafios que ainda estão postos para a Biblioteconomia maranhense de serem reconhecidos como profissionais da informação, responsáveis não somente pela salvaguarda da memória, mas capazes de desenvolver projetos culturais que podem alterar a vida dos municípios a partir de políticas de leitura e informação que garanta qualidade de vida aos cidadãos.

3.2 Os desafios postos à Biblioteconomia maranhense

Os dados apresentados na pesquisa acima descrita, reflete duas situações: de um lado a pouca atenção dada pelo poder público para com os órgãos que tratam da cultura e por outro, demonstram a desarticulação da sociedade civil em exigir do Estado o cumprimento da Constituição que determina o acesso aos bens culturais como direito. Um dos principais fatores para a permanência dessa situação de exclusão da população aos espaços de cultura e informação está na geração, organização e disseminação da informação que não tem atingido as camadas sociais de forma universal e na descontinuidade das políticas implantadas no Estado, haja vista as ações dos gestores municipais que pouco têm realizado para construir instituições culturais, assim como não têm criados mecanismos de continuidade das mesmas. A descontinuidade das políticas e a falta de capacitação e formação adequada dos profissionais que atuam nestas organizações inviabiliza a construção de projetos culturais e de leitura que poderiam aproximar a população de materiais informacionais e de leitura para criar de forma gradativa uma sociedade leitora, informada e crítica.

Ao longo dos últimos trinta anos são notórios os esforços para alterar estes indicadores através de várias iniciativas da classe bibliotecária, destaca-se nos anos oitenta e noventa a atuação a Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão. Na última década vários esforços foram empreendidos pelo Departamento de Biblioteconomia e Conselho Regional de Biblioteconomia para estreitar os canais de interação com as instituições de forma mais direta, vale destacar as audiências públicas realizadas em 2009, 2010, 2014, 2017, 2018 e em 2019, envolvendo o Ministério Público, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Maranhão, Fundação Cultural de São Luís, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Câmara de Vereadores. Nestas audiências foram socializados os resultados das pesquisas, oportunidade em que se chamou a atenção das autoridades para o cumprimento da legislação que garante aos maranhenses o direito à informação e ao conhecimento. Em todos esses eventos foram aprovadas pautas de trabalho e compromissos foram assumidos pelos gestores, porém, poucos desses compromissos foram cumpridos.

Uma questão bastante emblemática que deve ser destacada no campo da biblioteconomia maranhense – e brasileira também - é o debate sobre os mercados profissionais, sobre os salários pagos aos profissionais da informação e sobre suas articulações com outros campos no qual se destaca o campo da educação. Neste sentido um dos grandes desafios que se apresenta neste campo é o das bibliotecas escolares que precisam ser revistas. Neste contexto não se pode perder de vista a aprovação da Lei N. 12.244 de 24 de maio de 2010, que dá uma nova dimensão às bibliotecas escolares nas instituições de ensino no País, e cria mecanismos para garantir sua implantação até 2020. Essa nova legislação abre um leque de opções de mercados para o bibliotecário e exige formação mais especializada neste campo de atuação, a fim de fazer o diferencial nos indicadores de leitura e redação dos alunos. O desafio que se coloca neste momento as autoridades é a implementação desta legislação. Destaco que desde 2015 o Conselho Regional de Biblioteconomia articulado com o Conselho Federal de Biblioteconomia tem intensificado uma luta junto ao poder público para o cumprimento desta Lei.

Ao analisar a questão dos mercados de trabalho bibliotecário no Maranhão destacamos que o setor público é o setor que mais absorve este profissional, porém, o que se observa é que o potencial dos mercados informacionais no Maranhão ainda não foram explorados no sentido de levantar demandas reais e muito menos potenciais, haja vista a existência de mercados que ainda não contratam bibliotecários, a exemplo das livrarias, editoras, jornais, rádios, institutos de pesquisas, organizações não-governamentais, etc. Desse modo, é importante construir projetos de pesquisas que desvende essa realidade. Vale ressaltar que a categoria de bibliotecários no Maranhão é composta de 815 bibliotecários registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região, sendo que 575 estão ativos, destes, 535 são mulheres e 40 são homens. Do universo de bibliotecários ativos que trabalham e que informaram no cadastro o Conselho, 70% atuam no setor público (CONSELHO, 2017).

Além dos desafios apontados consideramos urgente investir na formação política dos bibliotecários haja vista a ausência de órgãos representativos da categoria e da ausência de um projeto político que envolva os bibliotecários na luta pela valorização da categoria, luta essa que incide sobre mercados, salários e reconhecimento. Com o fechamento da Associação de Bibliotecários do Maranhão

em 2007, ficou um vazio que é determinante na ausência de debates que leve a pensar a valorização da classe bibliotecária tendo em vista que grande parte ainda não incorporou o sentido de classe/categoria profissional, em vista da fragilidade de suas organizações.

Para Oliveira (2002) existem muitas fragilidades que dificultam o reconhecimento da profissão de bibliotecário, e muitos deles estão relacionados à falta de participação política nas instituições de classe, notadamente a Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão, extinta em 2007, contribui para agudizar o problema. O estudo de Oliveira (2002) aponta que a presença da categoria na entidade é a mola-mestra para o bom funcionamento, sem ela não se pode dizer que se tenha uma entidade de classe presente, com sua extinção perdeu-se um elo que motivava a luta por melhores condições de trabalho, reconhecimento, a luta por um piso salarial, fato que deixa os empregadores livres para decidirem sobre a remuneração da categoria, a abertura de concursos, a desvalorização da profissão. Estes pontos estão relacionados ao processo de organização e consciência política que grande parte dos profissionais ainda não adquiriu. É importante destacar que estas são atribuições das associações profissionais e sindicatos e não dos conselhos, embora estes também sejam responsáveis por promover debates sobre valorização da categoria. Urge, portanto, refundar a Associação e fortalecer a luta pela criação do Sindicato de Bibliotecários no Maranhão a fim ampliar o debate sobre a dimensão social e política da profissão dos bibliotecários e se contrapor aos tempos sombrios de fechamento de mercados e crise do setor público.

Um outro desafio que deve ser considerado é a articulação da classe bibliotecária com os vários segmentos da sociedade que de forma organizada se mobilizaram durante as décadas de 1980 e 1990, no processo que culminou com a redemocratização do País. Neste processo de mobilização, emergiu um conjunto de lutas que foram de forma gradativa se transformando em políticas públicas. Desse modo, a ausência dos bibliotecários ou a timidez de sua presença neste campo, impossibilitaram sua integração com os movimentos que lutaram para transformar as demandas sociais em políticas públicas. Por esta razão, as ações de ampliação das redes estaduais e municipais de bibliotecas públicas e escolares e a criação de espaços culturais foram sendo criadas tardiamente, em muitos estados, sem a presença do bibliotecário. Um exemplo concreto foi o Plano Nacional do Livro e da Leitura e em especial o Programa Livro Aberto implementado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Este programa praticamente não ouviu os bibliotecários no processo de discussão e definição do Programa.

É importante ressaltar que ao pensar políticas públicas, estamos considerando conforme aponta Ferreira (2007, p.87):

[...] processo que se constrói a partir do diálogo entre o Estado, através de seus diversos poderes: executivo, legislativo e judiciário e sociedade (grupos de interesse e de pressão representados pelos partidos políticos, os sindicatos e associações de segmentos profissionais e ou sociais, as organizações não-governamentais e os cidadãos e cidadãs a partir de seus canais de interlocução).

Por esta razão não se pode desconsiderar que o fato dos bibliotecários maranhenses estarem hoje desprovidos de órgãos representativos, tendo em vista que os Conselhos tem função fiscalizadora, explica-se em grande parte sua dificuldade em criar fato político e demandas frente ao Estado e seus diversos

poderes, embora não se possa desconsiderar as iniciativas mencionadas de abaixo-assinados, audiências públicas e outras estratégias realizadas pela classe bibliotecária na última década conforme mencionado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: pontos para pensar os desafios para a classe bibliotecária

A proposta deste artigo foi apresentar uma breve contextualização sobre a criação do Curso de Biblioteconomia no Maranhão, sobre os campos de atuação e sobre os desafios postos a classe bibliotecária maranhense para ser reconhecida. Observamos que são notórios os esforços empreendidos pelo curso para tornar a Biblioteconomia um campo de saber importante e comprometido com uma sociedade leitora e cidadã. Desse esforço percebe-se que a categoria de bibliotecários tem construído estratégias de diálogos com o poder público para fazer valer as legislações vigentes que garantem o direito e acesso dos maranhenses aos bens culturais a exemplo do livro, da leitura, da biblioteca e da informação. Essa luta tem esbarrado na falta de organismos de classe que por sua vez incide no pouco reconhecimento dos bibliotecários e nos baixos salários.

Observa-se ainda que no Maranhão a descontinuidade das políticas públicas nos municípios maranhenses, a precariedade e ausência das bibliotecas escolares que, conforme aponta Alencar (2017, p. 205) “O Maranhão é o Estado com menor índice de bibliotecas escolares. Apenas 15,1% das escolas do Estado possuem biblioteca”. Essa descontinuidade também é percebida no fechamento dos Faróis da Educação, em 2014 e somente reabertos em 2018, porém, sem a presença de bibliotecários.

Os debates para a criação do Sindicato dos Bibliotecários do Maranhão bem como a recriação da Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão, vem se intensificando, principalmente em virtude da criação da Lei 12.244/2010 que universaliza as bibliotecas escolares e em virtude do fechamento dos Faróis da Educação no governo de Flavio Dino em 2014.

Estes dois fatores culminaram com muitas reuniões e debates realizados para aglutinar ações políticas dos bibliotecários em torno das demandas de emprego e salário, melhoria das instituições bibliotecárias no Estado e municípios e construção de uma nova imagem deste profissional, mais adequada aos tempos atuais.

As questões postas neste texto buscam estimular o debate entre os profissionais bibliotecários maranhenses que tem compromisso com a formação de uma Biblioteconomia comprometida com a democratização da informação e da leitura. Espera-se que possa instigar novas discussões no seio desta classe, principalmente em virtude do período turbulento que se atravessa no País, com perda de direitos, fechamento de bibliotecas, paralização de programas como o Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL que reduz a possibilidade de construirmos uma sociedade mais democrática e cidadã.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. da G. P. de. O Desmonte das políticas públicas de cultura no Brasil: foco nas bibliotecas públicas e escolares. *In*: FERREIRA, Maria Mary. **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017.

BOTTENTUIT, A.; CASTRO, C. A. **O movimento fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J.F. A educação superior. *In*: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (org.). **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 13ª Região. **Relatório de Gestão - 2016**. São Luís: CRB-13, 2017.

FEBAB e o movimento associativo brasileiro. **R. Bras. Bibliotecon.** Doe. v.10, n.1/3, p. 9-56, jul./set. 1977. Disponível em: www.file:///C:/Users/danie/Downloads/367-1186-1-SM.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

FERREIRA, M. M. **As Caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

FERREIRA, M. M. Trabalho precário e salário dos bibliotecários no norte e nordeste brasileiro: desvendando relações de classe e gênero. *In*: MACHADO, M. W. K. (org.). **Information Systems and Technology Management 2**. Ponta Grossa [PR]: Atena Editora, 2019. p. 391-408. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/03/e-book-Information-Systems-and-Technology-Management-2-2.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FERREIRA, M. M. **Vereadoras e prefeitas maranhenses**: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero. São Luís: EDUFMA, 2015.

FERREIRA, M. M. Políticas Públicas de bibliotecas: um balanço crítico sobre a implementação do Programa Livro Aberto no Maranhão. SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMERICA LATINA, 3. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível em: www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/download/s. Acesso em: 23 mar. 2019.

LIMA, R. **A Construção social da Biblioteconomia brasileira**: a dimensão político e pedagógico do fazer bibliotecário. Manaus: EDUELM 1999.

OLIVEIRA, R. **Movimento Associativo Bibliotecário**: resgate histórico da Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão – APB/MA. Monografia de graduação. 2002.

POCHMANN, M. **O Mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. Campinas: Boitempo, 2014.

SANTOS, B. de S. **Crítica à razão indolente**. São Paulo: Corte, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Centro de Ciências Sociais.
Coordenação do Curso de Biblioteconomia. **O Projeto Político Pedagógico do
Curso de Biblioteconomia/UFMA.** São Luís, 2006